

**HABEAS CORPUS Nº 568.017 - SC (2020/0072806-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
BRUNA GUZZATTI DE BARROS VIEIRA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ANDRELITO CLAUDENIR SOARES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANDRELITO CLAUDENIR SOARES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0014081-75.2019.8.24.0023).

Depreende-se dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital/SC procedeu à soma das penas impostas ao paciente, subtraindo o período da reprimenda já cumprida, o que resultou em 17 anos, 2 meses e 1 dia de reclusão, mantido o regime fechado, e ressaltou que, quanto ao pedido de (e-STJ fls. 113/116).

Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 229):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO PARA RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA NEGADO NA ORIGEM. INSURGÊNCIA DA DEFESA. APENADO QUE EXECUTA 4 (QUATRO) CONDENAÇÕES DIFERENTES PELA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO E 2 (DOIS) POR CORRUPÇÃO DE MENORES. TEORIA OBJETIVO-SUBJETIVA. HABITUALIDADE CRIMINOSA VERIFICADA. UNIDADE DE DESÍGNIOS NÃO OBSERVADA. AGRAVANTE QUE FAZIA DA ATIVIDADE CRIMINOSA SUA PROFISSÃO. REQUISITOS SUBJETIVOS NÃO PREENCHIDOS. "Não se aplica o crime continuado ao criminoso habitual ou profissional, pois não merece o benefício - afinal, busca valer-se de instituto fundamentalmente voltado ao criminoso eventual. Note-se que, se fosse aplicável, mais conveniente seria ao delinquente cometer vários crimes, em sequência, tornando-se sua 'profissão', do que fazê-lo vez ou outra. Não se pode pensar em diminuir o excesso punitivo de quem faz do delito um autêntico meio de ganhar a vida." (TJSC, Agravo de Execução Penal n.*

# Superior Tribunal de Justiça

0003134-48.2015.8.24.0072, de São José, rel. Des. Jorge Schaefer Martins, Quarta Câmara Criminal, j. 22-06-2017). DECISÃO ACERTADA. RECURSO DESPROVIDO.

Dáí o presente *writ*, no qual sustenta a defesa ilegalidade decorrente do não conhecimento da continuidade delitiva entre os quatro delitos de roubo e entre os dois crimes de corrupção de menores pelos quais o paciente foi condenado.

Destaca que, *"embora os crimes tenham sido praticados nas mesmas condições de modo, tempo e local, na mesma comarca e com interregno diminuto (CP, art. 71), o TJSC deixou de reconhecer a continuidade delitiva entre os delitos, sob o fundamento de que o Paciente tem o crime como atividade habitual"* (e-STJ fl. 6).

Ressalta ausência de análise do caso concreto para denegar a continuidade delitiva, já que o acórdão recorrido foi pautado em elementos genéricos.

Acrescenta que *"além da alegada nulidade, no mérito, importa destacar que os elementos do art. 71 do Código Penal estão preenchidos, uma vez que os crimes são da mesma espécie e foram praticados nas mesmas condições de modo, tempo e local, conforme reconhecido pelo próprio acórdão"* (e-STJ fls. 8/9).

Pontua que *"o Paciente, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie (4 crimes de roubo e 2 crimes de corrupção de menores), em condições semelhantes de tempo (em 18/01/18, 24/01/18, 30/01/18 e 05/02/18) e lugar (todos os crimes praticados em São José/SC)"*, e reforça que *"não é demais pontuar que a pluralidade de infrações – que, no caso concreto, nem sequer é exacerbada – constitui pressuposto lógico da continuidade delitiva, razão pela qual não pode ser utilizada, de forma isolada, para descaracterizar a unidade de desígnios exigida pela teoria objetivo-subjetiva. Mesmo porque, a prevalecer tal entendimento, restaria desnaturada a aplicação do instituto na unanimidade dos casos"* (e-STJ fl. 9).

Por fim, aduz que deve ser aplicada a fração de aumento de 1/4 para os crimes de roubo e de 1/6 para os de corrupção de menores.

Requer (e-STJ fl. 11):

*Liminarmente, CONCEDA-SE a ordem de habeas corpus para reconhecer, desde logo, a NULIDADE da decisão proferida pelo TJSC, por ausência de fundamentação, aplicando, desde já, a*

# Superior Tribunal de Justiça

*continuidade delitiva entre os crimes de roubo praticados nos dias 18/01/18, 24/01/18, 30/01/18 e 05/02/18, de modo a determinar a unificação das penas do PACIENTE, nos termos da fundamentação. Subsidiariamente, para que, liminarmente, reconheça a NULIDADE da decisão por ausência de fundamentação e determine ao TJSC que promova a análise do cabimento do instituto, desta feita de forma fundamentada, com estrita observância art. 93, IX, da CRFB/88.*

É o relatório.

**Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital/SC, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator